



PROJETO DE LEI Nº20り

DESODE Juntes

DE 2015.

APROVADO PRELIMINARMENTE À PUBLICAÇÃO E, POSTERIORMENTE À COMISSÃO DE CONST., JUSTIÇA ERROAÇÃO DE 12015

seoretárib

"Declara utilidade pública a entidade que específica."

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos constantes no art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E ASSISTÊNCIA SOCIAL - IDHEAS, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 04.976.243/0002-00, com filial no município de Goiânia - GO.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES, EM

2015.

FRANČISCO JŔ

Deputado Estadual





JUSTIFICATIVA

O objetivo do presente projeto é a Declaração de Utilidade Pública do INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E ASSISTÊNCIA SOCIAL - IDHEAS, e traz em sequência toda documentação necessária para tal, preenchendo os requisitos legais para sua aquisição.

A referida Associação tem como finalidade promover assistência social, cultural, bem como atuação em defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico, promovendo desenvolvimento econômico e amparo às crianças e adolescentes. O Instituto realiza serviços, pesquisas, desenvolvendo e executando projetos em áreas que visem a promoção da cidadania.

São estas, pois, as razões pelas quais levo a presente questão para discussão e deliberação dos nobres pares, a respeito da qual, pela relevância e oportunidade da matéria, conto com o apoio dos Nobres Colegas.

FRANCISCO JR

Deputado Estadual





Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 04.976.243/0002-00 FILIAL COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

DATA DE ABERTURA 13/04/2015

NOME EMPRESARIAL

IDHEAS - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E ASSISTENCIA SOCIAL

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)

IDHEAS BRASIL

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL

88.00-6-00 - Serviços de assistência social sem alojamento

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS

Não informada

DIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIAÇÃO PRIVADA

LOGRADOURO

NÚMERO

COMPLEMENTO

R MAMORE

SN

QUADRA: E6; LOTE: 07;

CEP

BAIRRO/DISTRITO

MUNICÍPIO

UF

74.883-015

ALPHAVILLE FLAMBOYANT RESIDENCIAL ARAGUAIA

GOIANIA

GO

ENDEREÇO ELETRÔNICO

TELEFONE

(61) 9977-3320

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL

ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL

13/04/2015

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia 20/04/2015 às 18:30:43 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Voltar





Estado de Goiás Secretaria de Segurança Pública Polícia Civil 9a Delegacia Distrital de Polícia de Goiânia



DECLARAÇÃO DE FUNCIONAMENTO



Declaro para os fins que a Entidade INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E ASSISTÊNCIA SOCIAL-IDHEAS, entidade civil sem fins lucrativos, com sede em Brasília Sob o CNPJ 04.976.243/0001-10 e filial em Goiânia localizado à Quadra E 6, LT.07, Residencial Araguaia-Alphaville Flamboyant-Goiânia/G0, CEP 74.883-915, CNPJ 04.976.243/0002-00, se encontra em pleno funcionamento no endereço supracitado, desenvolvendo as atividades previstas no seu estatuto.

Goiânia, 01 de junho de 2015.

WASHINGTON DA CONCEIÇÃO Delegado de Polícia





.







2. Oficio de Notas, Rei Ivio Res vie litulo e Documento Pessagas Juridicas e frotes don Titulos de S. Virgilio Reis Santon - Tabelas Social (1717) 50 no. 330-150 Pope 61.3082-8155

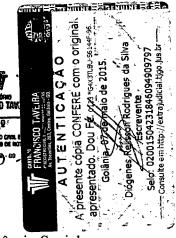
Instituto de Desenvolvimento Humano e Assistência Social

SGAS 915 Conjunto B Bloco C Sala 208 - Ed. Office Center - Brasília-DF CEP 70.390-150 - Fone: 6:

ESTATUTO SOCIAL DO IDHEAS

CAPÍTULO I

DO NOME, NATUREZA, SEDE, FORO, FINS E DURAÇÃO.



Artigo 1º - O IDHEAS – Instituto de Desenvolvimento Humano e Assistência Social chamado neste ato como IDHEAS BRASIL, constituído em Assembleia Geral é uma Organização da Sociedade Civil, Entidade Civil de direito privado, sem fins lucrativos, sem finalidade política ou religiosa, e tem por objetivo apoio a pesquisa, divulgação da cultura dos povos, de caráter técnico, educativo, cultural e social com autonomia administrativa e financeira, guarda e preservação de arquivos culturais, históricos e institucionais, regendo-se pelo presente Estatuto e pela legislação que lhe for aplicável e com duração por tempo indeterminado com sede à Setor de Grandes Áreas Sul Quadra 915 conjunto B Bloco C Número 13 Sala 208, Asa Sul – Brasília/DF e foro em Brasília/DF e Goiânia/GO.

Parágrafo Único: O Instituto de Desenvolvimento Humano e Assistência Social – IDHEAS também poderá se chamado **IDHEAS BRASIL** para fins de divulgação e gerências de seus projetos.

Artigo 2º - O IDHEAS BRASIL terá por finalidades:

I - Firmar contratos e celebrar convênios com órgãos públicos da esfera Municipal, Estadual, Distrito Federal e Governo Federal, com Entidades públicas e privadas, ONGs, Organismos Internacionais, e ainda, pessoas Jurídicas de direito público e privado e mistas, para ações no rol de sua finalidade mencionada no art. 1°;

II - Promover a Assistência Social, a cultura, a Defesa e a Conservação do Patrimônio

histórico e artístico;

AOVOGADO AOVOGADO CAB - GO 26391





1.**4**



RIFUNITA FRENTIVA DO MACH.

12.0ficio de Motas Aes. Cavil. Res. de Mitulos de Documentos. Pessoas

Nuridicas e Protesta de Titulos do DF.

Virgilo Reis Samanto Jakalião

Instituto de Desenvolvimento Humano e Assistência Social

SGAS 915 Conjunto B Bloco C Sala 208 - Ed. Office Center - Brasília-DF CEP 70.390-150 - Fone, 61.3082-81

III - Promover desenvolvimento econômico, social e combate à pobreza;

 IV – Promover ações e projetos que visem a assistência social entre os associados e a população carente da comunidade local e onde a Entidade desenvolver seus trabalhos;

- V Promover ações de amparo às crianças e adolescentes;
- VI Defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;
- VII Promover a ética, a paz, a cidadania, os direitos humanos, a democracia, os valores universais e combater o preconceito, desenvolvendo a compreensão e o respeito por todos os povos, sua cultura, civilização, valores e modo de vida, incluindo-se as culturas das etnias nacionais e outras nações;
- VIII Prestar consultorias, realizar serviços, pesquisas, desenvolver e executar projetos em áreas que visem a promoção da cidadania, o desenvolvimento social ou organizacional;
- IX Prestar assessoria jurídica de caráter suplementar;
- X Criar, desenvolver, manter e patrocinar unidades de aprendizado e aprimoramento artístico e cultural da população, nas atividades teatrais, musicais, coreógrafas, plásticas, artesanais, folclóricas, literárias, coral de vozes, fotografia, imprensa e de preservação da memória e preservação de Entidades públicas e privadas, de museus e outras de manifesto de interesse comunitário;
- XI Capacitar, selecionar pessoal, promover cursos, teleconferências, palestras, encontros, eventos, fóruns e seminários, presenciais ou à distância;
- XII Realizar salões, feiras, seminários, congressos, debates, eventos culturais e artísticos;

AUTENTICAÇÃO

Apresente cópia CONFERE com o original

Apresentado. Dou Fé, 1/23 * GAX SR PLP - 55 1444 - 90

Goiãola, 9 de praio de 2015.

Diógenes Relisson Rodrigues da Silva

Escrevente

Selo: 02001504231846094909796

Corsulte em http://extrajudicial.tjgo.jus.br

Advogado
OAB - GO 26391





A U T E N T I C A C A O

A presente cópia CONFERE com o original apresentado. Dou Fé. 0133 5550HVHMM-56144A IV.

Golânia 07 de maio de 2015.

Diógenes Relisso Rodrigues da Silva Escrevente Sejo: 02001504231846094909795 Corisulte em http://extrajudicial.tigo.jus.br TIDHE/AS

REFULIDA FEMANTIVA DO RASAL 2.Oficio de Notas, Res. Civila Res. de Titulos e Documentos, Passoas Juridias e Protecto de Titulos do DF. Virglio Reis Samento - Tabelião

FOLHAS

Instituto de Desenvolvimento Humano e Assistência Social III III III SGAS 915 Conjunto B Bloco C Sala 208 – Ed. Office Center - Brasília-DF CEP 70.390-150 – Fone: 61-3082-8156

XIV – Pesquisar, divulgar e promover atividades nas áreas de Agronomia, Biologia, Geologia, Engenharia Elétrica, Mecânica, Civil, Florestal, de Alimentos, Indústria e Comércio, Turismo, Ecoturismo, Preservação do Ecossistema e Meio Ambiente;

XV – Intermediar e promover a colocação e a realocação profissional, bem como a manutenção dos postos de trabalho, podendo inclusive, atuar como prestadora de serviços;

XVI – Gerir recebimento de recursos financeiros a favor de profissionais associados, bem como repasses e pagamentos por meio de parcerias, convênios, contratos, projetos e programas com Entidades Públicas, Privadas e Mistas, com e sem fins lucrativos;

XVII – Desenvolver e executar projetos nas áreas de marketing, assessoria, consultoria exportação e importação de produtos e serviços, no Brasil e no exterior;

XVIII - Receber outorga de permissão ou de concessão para serviços de radiodifusão;

XIX – Operar parque gráfico com capacidade de impressão de cartazes, folhetos, periódicos e livros;

XX - Implementar centro de produção de cinema, áudio e vídeo;

XXI – Criar, administrar e prestar consultoria em empresa e Entidades de divulgação de informações nas áreas de Editora, gráfica e central de cópias e fax, jornal, revista, rádio, televisão, cinema, produtos fonográficos, mídias, informática, internet, mídias sociais e quaisquer outros canais de telecomunicação;

XXII – Realizar trabalhos ligados a Instituições financeiras, consórcios para prestação de serviços, captação de recursos com fins específicos, centro de formação profissional de condutores, fundos de pensão e câmaras de comércio;

XXIII – Criação de projetos na área educacional em centros educacionais, tais como: ensino fundamental, médio e superior, desenvolvimento de programas para ensino a distância, além de fomentar, como agente de integração, entre empresas e Instituições de ensino através de estágio, cursos preparatórios, capacitação de professores da área

Advogado
OAB - GO 26391

a • .





FRANCISCO TAVEIRA PROPERTIES OF HOLES O



2.Dfivio de Notas, Rea, tivil, Rea, de Titulos e Documentos Pessoas Juridicas e frotesto de Titulos do Df. Virgilio Reis Sarmento - Tabelião Nirgofilos com nº 10000005

Instituto de Desenvolvimento Humano e Assistência Social

SGAS 915 Conjunto B Bloco C Sala 208 - Ed. Office Center - Brasília-DF CEP 70.390-150 - Fone: 61 3082-8155

pública federal, estadual e municipal de ensino fundamental, médio e superior de educação de jovens e adultos, educação infantil e ensino especial, cursos está les profissionalizantes e cursos diversos.

XXIV – Planejar e desenvolver projetos na área de transporte, através de quaisquer vias, sejam elas: aérea, fluvial, marítima, rodoviária e ferroviária;

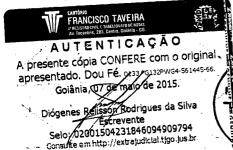
XXV – Promover soluções de modernização e informatização, gestão e integração, implantação de sistema de código aberto ou não, desenvolvimento e manutenção de sistema de software em qualquer linguagem de programação, capacitação de pessoal para execução de projetos de tecnologias em órgãos e Entidades públicos e privados;

XVI – Promover a execução projetos de informatização em escolas da rede publica e particular, ONGs, Entidades do terceiro setor através de projetos próprios e de terceiros;

XVII – Prestar consultoria em elaboração de projetos e construções na área da construção civil, arquitetura e urbanismo para penitenciárias, centros poliesportivos, conjuntos habitacionais, idosos, vilas populares, para aquisição pela população de baixa renda, pavimentação asfáltica convencional e ecológica;

XVIII – Captar recursos e orientar quanto às fontes de créditos, intermediações financeiras, de fundos nacionais e internacionais e outros, com o objetivo de atender a sua finalidade, realizar serviços de consultoria em comércio exterior e emissão de certificados de origem, preparação de relatórios especiais de interesse empresarial específico, traduções, organização, e missões estrangeiras, palestras e seminários no Brasil e no exterior e organizar cursos para desenvolvimento de recursos humanos nas áreas de comércio exterior e relações internacionais;

XIX – Cadastrar, contratar e terceirizar empresas de qualquer natureza, bem como profissionais de quaisquer atividades laborais e manter relacionamento com dirigentes de Entidades e Instituições afins, nacionais e internacionais;



Advogado
OAB - GO 26391







A U TENTICAÇÃO

A presente cópia CONFERE com o original apresentado. Dou Fé. 0.139 G1189X3-56146E-57

Goiânia, D. de majo de 2015.

Diógenes Relisson Rodrigues da Silva
Escrevente
Selo / 02081504231846094909793
Consulte em http://extrajudicial.tigo.jus.br

2.Oficio de Nolas, Rea Civil, Res. de Titulos e Documentos, Pessoas Juridicas e Protecto de Titulos do Dr. Virgilio Reis Symento - Tabelião

Instituto de Desenvolvimento Humano e Assistência Social SGAS 915 Conjunto B Bloco C Sala 208 – Ed. Office Center - Brasília-DF CEP 70.390-150 - Fone: 61 3082-8185

XX – Colaborar com Instituições públicas ou privadas e com os poderes Executivo Legislativo e Judiciário, por intermédio de convênios e contrato, direta or indiretamente relacionados com as atividades determinada pelos mesmos;

XXI – Celebrar convênio com Instituições governamentais e organizações não governamentais, nacionais e internacionais, com vistas à melhoria da qualidade de pesquisa e da divulgação dos produtos e serviços brasileiros, organizar missões empresariais ao exterior, realizar pesquisas de interesse específico, aproximação e troca de experiências entre os associados através de diversos comitês técnicos;

XXII – Colaborar, através de doações, com Entidades sem fins lucrativos, e de interesse social, com vistas à melhoria de vida das comunidades por intermédio da educação, profissionalização e reintegração à sociedade de menores carentes, adolescentes e idosos, imigrantes e famílias carentes, além da construção de albergues, escolas e casas de apoio;

XXIII – Prestar consultoria e assessoria para o governo em geral, nas áreas: contábil, jurídica, administrativa, financeira, econômica, projetos de gestão, orçamentária, operacional e patrimonial. Capacitação em empreendimentos financeiros e investimentos, assessoria, consultoria e treinamentos sobre leis, treinamentos sobre tributos, planejamento, transparência, controle, responsabilidades e recursos humanos, gestão de pessoas e previdenciária;

XXIV – Elaboração, implantação e acompanhamento de parcerias público-privadas, prestação de contas, controladoria e auditoria para Entidades dos poderes executivo, legislativo e judiciário, nas esferas Federal, Estadual e Municipal e ainda para Entidades e órgãos da Administração direta e indireta, Sociedades de economia Mista de Direito Público e privado;

ARTIGO 3º - Poderão ser utilizados todos os meios adequados e permitidos por lei para consecução das finalidades, podendo-se, inclusive, desenvolver outras atividades acessórias voltadas ao desenvolvimento dos projetos institucionais por meio de:

Execução direta de projetos, programas ou planos de ações;

Advogado
CAR - GO 26391











RIPURILA CIMANIVA DI GARATI Oficio de Motas Reg. Civil, Reg. de itulos de Documentos, essoas uridicas e Protesta de Titulos do Dr.

Instituto de Desenvolvimento Humano e Assistência Social SGAS 915 Conjunto B Bloco C Sala 208 – Ed. Office Center - Brasília-DF CEP 70.390-150

Celebração de convênios, contratos ou outros instrumentos jurídicos;

Doação de recursos físicos, humanos e financeiros ou prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuem em áreas afins;

Outras receitas operacionais, geradas com a venda de serviços, de produtos para empresa pública, privadas e órgãos governamentais ou com cessão de direitos vinculados a sua imagem pública;

Também serão permitidos rendimentos de aplicações financeiras, aluguel de bens, ou mutações patrimoniais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A fim de cumprir com suas atividades e objetivos, a Associação poderá atuar em todo território nacional e no exterior, podendo para tanto instalar e manter escritórios, seções, representações, unidade de prestação de serviços, quantas se fizerem necessárias, as quais se regerão pelas disposições estatutárias e regimentais definidas pela Assembleia Geral.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O IDHEAS BRASIL poderá ter um regimento interno que, aprovado pela Assembleia Geral, disciplinará seu funcionamento.

ARTIGO 4º - No desenvolvimento das suas atividades serão observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência, sem qualquer discriminação de raça, cor, gênero ou religião.



CAPÍTULO II

DOS ASSOSSIADOS

ARTIGO 5º - O IDHEAS terá um número ilimitado de sócios, distribuídos nas seguintes categorias:

Advogado CAB GO 26391







Oficio de Notes, Res. Civil, Res. de itulos e Documentos, Dessoas uridivas e Protesto de Titulos do DF. Virgelio Reis Samento - Tabelião

Instituto de Desenvolvimento Humano e Assistência Social SGAS 915 Conjunto B Bloco C Sala 208 – Ed. Office Center - Brasília-DF CEP 70.390-150-

I - Sócios Fundadores - os que assinaram a ata de fundação do IDHEAS BRASIL

II – Sócios contribuintes - todos admitidos após a fundação da Entidade, que estejam em pleno gozo dos seus direitos civis, que pagam mensalidade estabelecida de acordo com a Assembleia Geral, tendo os mesmos direitos e deveres que os sócios fundadores;

III – Sócios Beneméritos – são as pessoas físicas e jurídicas que prestam relevantes serviços ou contribuem financeiramente, ou de outras formas, para o progresso e o desenvolvimento do IDHEAS BRASIL.

ARTIGO 6º - São direitos dos associados fundadores, contribuintes e beneméritos, quites com suas obrigações sociais:

I - votar e ser votado para os cargos eletivos;

II - tomar parte nas Assembleias Gerais;

III – Usufruir todos os direitos proporcionados pelo o IDHEAS BRASIL de acordo com a regulamentação específica de cada um deles;

IV - Solicitar desligamento do IDHEAS BRASIL quando lhe convier;

V – Se defender de procedimentos disciplinares;

VI – Recorrer a Assembleia Geral contra o desligamento imotivado.

ARTIGO 7º - são deveres dos associados fundadores, contribuintes e beneméritos, quites com suas obrigações sociais:

 I – Cumprir as disposições estatutárias, regimentais e as determinações emanadas da sua Diretoria;

II - Acatar as decisões da Diretoria;

III - Colaborar direta ou indiretamente para o processo social e material do IDHEAS

BRASIL,

AUTENTICAD INVESTA

AUTENTICAD INVEST

Selo: 02001504231846094909791 Consulte em http://extrajudicial.tjgo.jus.bi FRANCISCO TAVEIRA

CAB GO 26391

THE LEGISTRIC COM. S.

THE LEGISTRIC COM. S.

THE LEGISTRIC COM. S.







ACPUBLIA FERRATIVA DA PRASIL Aficio de Votas: Rea. Civil: Rea. de Ticulos e Dolumentos. Pessoas Aridicas e Protesto de Titulos do DF. Virgílio Rea Sarmento - Tabelião

Instituto de Desenvolvimento Humano e Assistência Social SGAS 915 Conjunto B Bloco C Sala 208 – Ed. Office Center - Brasília-DF CEP 70.390-

IV – Exercer com zelo competência as responsabilidades que lhe forem atribuida pela Diretoria através de eleição, nomeação e comissão, entre outras;

 V – Comparecer às reuniões das Assembleias Gerais e nas reuniões em que for convocado;

VI – Contribuir financeiramente, se for sócio contribuinte, pagando em dia suas mensalidades;

ARTIGO 8º - Os sócios não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas em nome do IDHEAS BRASIL.

CAPÍTULO III

DA ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 9º - O IDHEAS será administrado por:

I – Assembleia Geral;

II – Diretoria Executiva

III - Conselho Fiscal



SEÇÃO I – DAS ASSEMBLEIAS GERAIS

PARÁGRAFO ÚNICO – O IDHEAS BRASIL não vai remunerar seus dirigentes que efetivamente atuam na Diretoria executiva da Associação.

ARTIGO 10° - A Assembleia Geral é órgão máximo e soberano. Será constituída pelos associados em pleno gozo de seus direitos estatutários.

ARTIGO 11º - Compete a Assembleia Geral:

Advogado Advogado Call GO 263







HE SECTION OF SECTION



12.Oficio de Notas Rea. Civil Rea. de Ilitulos d'Occumentos, Possoas Uluridicas e Protesto de Titulos do DF. Virailio Reis Samento - Tabelião

Instituto de Desenvolvimento Humano e Assistência Social SGAS 915 Conjunto B Bloco C Sala 208 – Ed. Office Center - Brasília-DF CEP 70.39<u>0-15</u>(

- I Eleger membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal;
- II Decidir sobre reforma do Estatuto na forma do ARTIGO 36°;
- III Decidir sobre a dissolução e extinção da Instituição nos termos do artigo 30°;
- IV Decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais;
- V Aprovar o regimento interno;
- VI Emitir ordens normativas para funcionamento interno do IDHEAS BRASIL.
- ARTIGO 12º A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano para:
- I Aprovar a proposta de programação anual do instituto submetida pela Diretoria;
- II Apreciar o relatório anual da Diretoria;
- III Discutir e homologar as contas e o balanço aprovado pelo conselho fiscal.
- ARTIGO 13º A Assembleia Geral reunir-se-á, extraordinariamente, quando convocada:
- I Pela Diretoria;
- Ⅱ Pelo Conselho Fiscal;
- III Pelo requerimento de 1/5 (um quinto) dos sócios quites com suas obrigações sociais.
- ARTIGO 14º As deliberações aprovadas nas Assembleias Gerais, ordinárias e extraordinárias, obrigam e comprometem todos os sócios, inclusive os discordantes e

A U T E N T I C A C A O

A presente cópia CONFERE com o original 32 TAYEIRA
apresentado. Dou Fé. 0133 GSDHVINA 31466440 TAYEIRA
apresentado. Bou Fé. 0133 GSDHVINA 31466440 TA

Advigado Cab 30 26391



THE DRAFT CO



2. Oficio de Actas, Res. Civil, Res. de litulos e Documentos, Pessoas Iuridicas e Protesto de Titulos do DF. Virgilio Reis Garmento - Tabelião

SGAS 915 Conjunto B Bloco C Sala 208 – Ed. Office Center - Brasilia-DF CEP 70.390-150 – Fone: 61-3082-8155

ARTIGO 15° - A convocação da Assembleia Geral será feita por meio de edita afixado na sede da Instituição e/ou publicado na imprensa local, por circulares outros meios convenientes, com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

PARÁGRAFO ÚNICO – Qualquer Assembleia Geral se instalará em primeira convocação com a maioria dos sócios e, em segunda convocação, com qualquer número.

ARTIGO 16º - A Instituição adotará praticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes, a coibir a obtenção, de forma pessoal ou coletiva, de benefícios e vantagens pessoais, em decorrência da participação nos processos decisórios.

SEÇÃO II - DA DIRETORIA EXECUTIVA

ARTIGO 17º - A Diretoria será constituída por um Presidente, um Vice-Presidente, Secretário, Primeiro Tesoureiro e Segundo Tesoureiro.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – o mandato da Diretoria será de 03 (três) anos, podendo haver reeleições consecutivas.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Não poderão ser eleitos para cargos de Diretoria da Entidade os sócios que exerçam cargos, empregos ou funções públicas junto aos órgãos do poder público.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Nos casos de vacância temporária, impedimentos ou ausência do Presidente, este será substituído pelo Vice-Presidente, e este pelo

Primeiro Secretário. Nos casos de vacância por mais de 90 (noventa) dias, deverá ser convocada Assembleia Geral para que sejam preenchidos os cargos em vacância.

ARTIGO 18º - Compete à Diretoria:

I – Elaborar e submeter à Assembleia Geral o programa anual de atividades;

II – Executar a programação anual de atividades da Instituição

Advogado

CAB GO 26391







2.Oficio de Novas, Res. Cávil, Res. de Fitulos e Documentos, ressoas Juridicas e Protesto de Titulos do DF. Virgilio Reis mento - Tatelião

Instituto de Desenvolvimento Humano e Assistência Social SGAS 915 Conjunto B Bloco C Sala 208 – Ed. Office Center - Brasília-DF CEP 70.390-1

III - Elaborar e apresentar à Assembleia Geral o relatório anual;

- IV Convocar Assembleia Geral;
- V Contratar e demitir funcionários;
- VI Regulamentar as ordens Normativas da Assembleia geral e emitir Ordens Executivas para disciplinar o funcionamento interno da Instituição .

PARÁGRAFO ÚNICO - A Diretoria se reunirá, no mínimo, uma vez por mês.

ARTIGO 19º - Compete ao Presidente:

- I Representar o IDHEAS BRASIL judicial e extrajudicialmente;
- II Efetuar os pagamentos e ser responsável por toda movimentação financeira da
 Entidade, inclusive assinando todos os documentos contábeis e todos os cheques e ordens de pagamento;
- III Cumprir e fazer cumprir este Estatuto e o regimento Interno;
- IV presidir a Assembleia Geral;
- V Convocar e presidir as reuniões da Diretoria e outras que jugar necessárias.

ARTIGO 20º - Compete ao Vice-Presidente:

- I Substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos;
- II Assumir o mandato, em caso de vacância, até seu término;
- III Prestar, de modo geral, sua colaboração ao Presidente e outras que jugar necessárias.

ARTIGO 21º - Compete ao Secretário:

I – Secretariar as reuniões da Diretoria e da Assembleia Geral e redigir as Atas;

II – Publicar todas as notícias das atividades da Entidade e outras jugadas necessárias.

A presente cópia CONFERE com o original apresentado. Dou Fé. 0133 MANTINUS 6145F-97.

Goiânia, 07 de majo de 2015.

Diógenes Reisson Morigues da Silva

Estrevente
Selo: 22002504231846094909787

With Advugado
Advugado
CAB 30 26391



SGAS 915 Conjunto B Bloco C Sala 208 - Ed. Office Center - Brasília-DF CEP 70.399-456

ARTIGO 22º - Compete ao Tesoureiro:

I – Arrecadar e contabilizar as contribuições dos associados, rendas, auxílio donativos, mantendo em dia a escrituração da Instituição;

II - Fiscalizar e monitorar a área financeira;

III - Assinar todos os documentos contábeis, e todos os cheques e ordens de pagamento na ausência comprovada do Presidente;

IV – Apresentar relatórios de receita e despesas, sempre que forem solicitados;

V – Apresentar relatório financeiro para ser submetido à Assembleia Geral;

VI - Conservar, sobre sua guarda e responsabilidade, o numerário e documentos relativos à tesouraria, inclusive contas bancárias;

PARÁGRAFO ÚNICO – Caberá ao Presidente e ao Tesoureiro realizar movimentação de contas bancárias, podendo assinar pela Entidade, um ou outro, ficando expressamente vedado o uso do nome da Associação para qualquer fim estranho a suas finalidades, como fiança, avais ou quaisquer outros atos de favor.

SEÇÃO III – DO CONSELHO FISCAL

ARTIGO 23º - O Conselho Fiscal e composto por três membros titulares, eleitos pela Assembleia geral

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O mandato do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato da Diretoria Executiva.

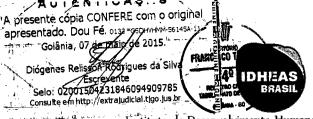
PARÁGRAFO SEGUNDO - Em caso de vacância de um ou mais membros será convocada a Assembleia Geral extraordinária para preenchimento da vaga.

ARTIGO 24° - O Conselho Fiscal tem as atribuições e os poderes que são conferidos por Lei, sendo competente, dentre outras atribuições para:

Advugado







METURICA COMPATIVA DI GASAL 12.Oficio de Notas Res. Civil, Res. de Nitulos e Documentos, Pessoas Uluridicas e Protesto de Titulos do Di Virsilio Reis Samanto - Tabelião

Instituto de Desenvolvimento Humano e Assistência Social
SGAS 915 Conjunto B Bloco C Sala 208 – Ed. Office Center - Brasília-DF CEP 70.390-150

I – Opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da Entidade, devendo a Diretoria prestar todas as informações solicitadas;

- II Examinar as contas da Diretoria no final de cada exercício, submetendo-se à aprovação da Assembleia Geral;
- III Auxiliar a Diretoria sempre que solicitado;
- IV Sugerir a contratação e acompanhar o trabalho de eventuais auditores externos independentes;
- V Fiscalizar os atos dos administradores e requisitar ao Tesoureiro, a qualquer tempo, documentação comprobatória das operações econômico-financeira realizadas pela Instituição .
- VI Convocar extraordinariamente a Assembleia geral.

ARTIGO 25° - Os membros do Conselho Fiscal desempenharão as suas funções e atribuições sem remuneração, podendo, no entanto, receber reembolso de despesas realizadas comprovadamente no exercício de suas atribuições.

PARÁGRAFO ÚNICO – o Conselho Fiscal se reunirá ordinariamente a cada 06 (seis) meses e, extraordinariamente, sempre que necessário.

CAPÍTULO IV

DO PATROMÔNIO, DA DISSOLUÇÃO E DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

ARTIGO 26° - O patrimônio do IDHEAS será constituído por eventual doação inicial dos associados e pelos bens móveis e imóveis e direitos que venham a ser acrescentados por meio de doações de pessoas físicas e pessoas furídicas de direito



FRANCISCO TAVEIRA







REPUBLIA FEDERATIVA DI BRASILIZ. Oficio de Notas, Ras. Civil Res. de Titulos e Documentos, Pessoas Uluridicas e Protesto de Titulos do DF. Virgilio Reis Sargento - Tabelião

Instituto de Desenvolvimento Humano e Assistência Social SGAS 915 Conjunto B Bloco C Sala 208 – Ed. Office Center - Brasília-DF CEP 70.390-150 - Fone: 61-3082-8155

privado e de pessoas jurídicas de direito público; prestações de serviços; aplicação de FO receita e outras fontes; convênios; apoios e financiamentos, desde que nace receita e outras com o livre desenvolvimento das atividades da Associação.

ARTIGO 27° - O IDHEAS não distribuirá, entre seus sócios e associados, conselhos, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participação ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades e os aplicará integralmente na consecução do seu objetivo social.

ARTIGO 28º - Todo o patrimônio e receitas da Associação deverão ser destinados aos objetivos a que se destina a Entidade, ressalvados os gastos despendidos e bens necessários a seu funcionamento.

ARTIGO 29º - A alienação, hipoteca, penhor, venda ou troca de bens patrimoniais da Associação somente poderão ser decidida por aprovação da maioria absoluta da Assembleia Geral extraordinária, convocada especialmente para tal fim.

ARTIGO 30° - A Associação poderá ser dissolvida e extinta por deliberação dos associados, em qualquer tempo, desde que seja convocada uma Assembleia Geral extraordinária para tal fim.

ARTIGO 31º - Em caso de dissolução da Entidade, o patrimônio liquido será transferido a outra pessoa jurídica qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, nos termos da Lei 9.790/99, preferencialmente com o mesmo objetivo social.

ARTIGO 32º - Na hipótese de obtenção e posterior perda da qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, instituída pela Lei 9.790/99, o acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdeu a qualificação, será contabilmente apurado e transferido a outra pessoa jurídica nos termos da mesma Lei, preferencialmente com o mesmo objetivo social.

Advugado
OAB - GO 26391





DN BRANCO





12.Oficio de Notas, Rea. Civil, Rea. de Ilitulos a Documentos, Pessoas Iluridicas e Protesto de Titulos do Df. I Virai 40 Reis Samento - Tabelião

Instituto de Desenvolvimento Humano e Assistência Social SGAS 915 Conjunto B Bloco C Sala 208 – Ed. Office Center - Brasília-DF CEP 70.390-150

ARTIGO 33º - A prestação de contas da Instituição observará as seguintes normasta

I – Os princípios fundamentais da Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade;

II – A publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da Entidade, incluindo as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-se a disposição para o exame de qualquer cidadão;

III – A realização de Auditoria, inclusive por Auditores Externos Independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto de Termo de Parceria, conforme previsto em Regulamento;

IV – A prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos será feita, conforme determina o Parágrafo Único do Artigo 70 da Constituição Federal.

CAPÍTULO V

DO EXERCÍCIO SOCIAL

ARTIGO 34º - O exercício social terá duração de um ano, iniciando-se em 1 de janeiro e terminando em 31 de dezembro de cada ano.

PARÁGRAFO ÚNICO – Ao fim de cada exercício social, a Diretoria elaborará, com base na escrituração contábil da Associação, um balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício e uma demonstração das origens e aplicações de recursos.

A presente cópia CONFERE com o priginal apresentado. Dou Fé. 9/33 GJI59X3-55445E-96 ROSEN DE COME E COME E

| Selo: 03001504Z31846094909783 | Consulteem http://extrajudicial.tjgo.jus.b Jan 1

Will Anvogado
Anvogado
Anvogado
Anvogado
Anvogado
Anvogado



THE BRANCO



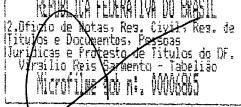


Instituto de Desenvolvimento Humano e Assistência Social

SGAS 915 Conjunto B Bloco C Sala 208 - Ed. Office Center - Brasília-DF CEP 70.39p-150

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕS GERAIS



ARTIGO 35º - Os casos omissos do IDHEAS BRASIL serão resolvidos pela Diretoria e referendados pela Assembleia Geral.

ARTIGO 36° - O presente Estatuto poderá ser reformado a qualquer tempo, por decisão da maioria absoluta dos sócios, em Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim, e entrará em vigor na data do seu registro em Cartório.

ARTIGO 37º - Fica eleito o Foro de Brasília/DF e Goiânia/GO para qualquer ação fundada neste Estatuto.

Brasília/DF 13 de abril de 2015

FRANCISCO TAVEIRA

FRANCISCO TAVEIRA

FRANCISCO TAVEIRA

FRANCISCO TAVEIRA

FRANCISCO CONTROL

FRANCISCO AND PRESENTE CÓDIA CONFERE COMO o original

AO apresentado. Dou Fé. 200 318A0E-14275E-84.

REGISTRO CIVIL E

GOI ÁNIA - 60

FÁDIO HENDIQUE da SILVA

FÉDIO HENDIQUE da SILVA

Geraldo Marcelo Soares Sanches

Presidente

Wilson Adriano de Sá

Advogado - OAB/GO 26391

driano de Sa covogado B GO 26391



|2.Oficio de Notas, Res. Civil. Res. de ||Titulos e Occumentos: Pessoas |Juridicas e Protesta de Vitulos do Dr.

@-Central, Bl.07 Sobradinho-DF

Virgilio Reis Sarmento

|Distrito Federal, 27 de abril de 2015.

Apresentado Hoje, Protocolado sob nºº 100006865, livro A-11, fls. e Averbado Isob nºº de av. Av. 1, à warsem do resistro nºº 00002497.

iselo: TJDFT20150180084952NDYJ, disponivel no site: www.tidft.jus.br

()Virgilio Reis Sarmento - Tabelião ()Isabel C. de Sousa Miranda-Substit. ()Sebatanya I.A.dos Santos-Escrevente ()Ana Maria Lima do Nascimento-Escrevente ()Taïane Samaya Queiroz Galvão-Escrevente ()Taïane Samaya Queiroz Galvão-Escrevente ()

FRANCISCO TAVEIRA

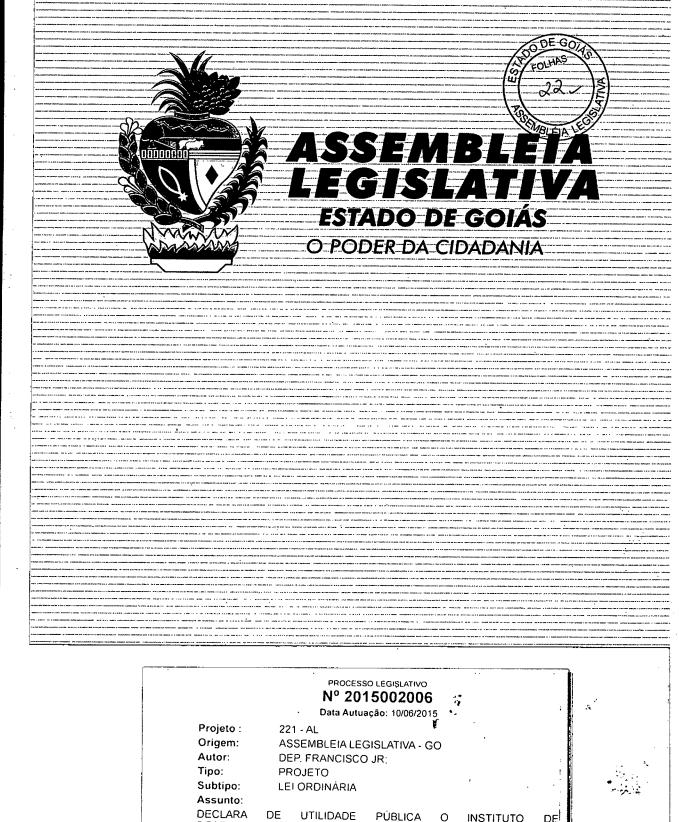
A presente copia CONFERE com o original apresentado. Dou Féloros

Golânia, 07 de maio de 2015.

Fábio Henrique da Silva

Escrevente Selo: 02001504231845094909816 Consulte em http://extrajudicial.tjgo.jus.br

A-10. RECEING CHALE MIA GO



DECLARA DE UTILIDADE PUBLICA O INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E ASSISTÊNCIA SOCIAL - IDHEAS, NO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA-GO.







PROJETO DE LEI Nº29

DESODE Jumles

DE 2015.

APROVADO PRELIMINARMENTE À PUBLICAÇÃO E, POSTERIORMENTE COMPSÃO DE CONST., JUSTIÇA

"Declarå utilidade pública a entidade que

específica."

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos constantes no art. 10 da Constitu**/**ção Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Fica declarada de utilidade pública o INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO Art. 1º ### HUMANO E ASSISTÊNCIA SOCIAL - IDHEAS, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 04.976.243/0002-00, com filial no município de Goiânia - GO.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES, EM

FRANČISCO JŔ

Deputado Estadual

e-mail franciscoinnior@assembleia ao gou br





JUSTIFICATIVA

O objetivo do presente projeto é a Declaração de Utilidade Pública do INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E ASSISTÊNCIA SOCIAL - IDHEAS, e traz em sequência toda documentação necessária para tal, preenchendo os requisitos legais para sua aquisição.

A referida Associação tem como finalidade promover assistência social, cultural, bem como atuação em defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico, promovendo desenvolvimento econômico e amparo às crianças e adolescentes. O Instituto realiza serviços, pesquisas, desenvolvendo e executando projetos em áreas que visem a promoção da cidadania.

São estas, pois, as razões pelas quais levo a presente questão para discussão e deliberação dos nobres pares, a respeito da qual, pela relevância e oportunidade da matéria, conto com o apoio dos Nobres Colegas.

FRANCISCO JR

Deputado Estadual

PROCESSO Nº

2015002006

INTERESSADO

DEPUTADO FRANCISCO JR.

ASSUNTO

: Declara de Utilidade Pública o Instituto de Desenvolvimento

Assistência Social – IDHEAS, no Município de Goiânia-GO.

CONTROLE

RPROC

RELATÓRIO

Cuida-se de projeto de lei apresentado pelo nobre Deputado Francisco Jr. com vistas a obter a declaração de utilidade pública do Instituto de Desenvolvimento Humano e Assistência Social – IDHEAS, sediada no Município de Goiânia/GO, entidade civil de natureza privada, sem fins lucrativos, que tem por objetivo apoio a pesquisa, divulgação da cultura dos povos, de caráter técnico, educativo, cultural e social com autonomia administrativa e financeira, guarda e preservação de arquivos culturais, históricos e institucionais.

Ao analisar os autos do processo vê-se que o projeto de lei atende os requisitos estabelecidos pela Lei nº 7.371, de 20 de agosto de 1971, quais sejam: personalidade jurídica constituída, com inscrição no CNPJ (fls.04); atestado de efetivo funcionamento e prestação de serviços desinteressados à comunidade (fls.05); e declaração que os membros da diretoria não são remunerados (fls.13 e 19).

O projeto de lei não apresenta qualquer inconstitucionalidade ou ilegalidade, merecendo, apenas, as alterações abaixo, com vistas ao aprimoramento da técnica legislativa, objetivando uniformizar as redações dos projetos de lei deste Poder, mediante a adoção das seguintes emendas:

1º Emenda Modificativa: a ementa do presente projeto de lei passa ter a seguinte redação: "Declara de utilidade pública a entidade que especifica."

2º Emenda Modificativa: o art. 1º do presente projeto de lei passa ter a seguinte redação:

"Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a filial do **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E ASSISTÊNCIA SOCIAL – IDHEAS BRASIL,** inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 04.976.243/0002-00, situada no Município de Goiânia— GO."

Assim, adotadas as emendas supracitadas, somos pela **constitucionalidade e juridicidade** do projeto de lei em pauta. É o relatório.

SALA DAS COMISSÕES, em

de 2015.

DEPUZADO ERNESTO ROLLER

Relator



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO A Comissão de Constituição, Justiça e Redação Aprova o parecer do Relator FAVORÁVEL A MATERIA.

Processo Nº 2006/15 Sala das Comissões Deputado Solon Amaral Em / 2015. Presidente:

APROVADO EM

A DISCUSSÃO E

VOTAÇÃO 10 8 12015

APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO E VOTAÇÃO, A SECRETARIA P/ EXTRAÇÃO DE AUTOGRÁFO. Em /2016

1° Secretário





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS Alameda dos Buritis, n.231, Setor Oeste, Goiânia-GO, CEP 74.115-970 Telefones: (62) 3221-3022 Fax: 3221-3375 Site: www.al.go.leg.br

Ofício nº 908-P

Goiânia, 09 de setembro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor Governador do Estado de Goiás MARCONI FERREIRA PERILLO JÚNIOR

Senhor Governador,

Encaminho a Vossa Excelência, para os devidos fins, o incluso autógrafo de lei nº 250, aprovado em sessão realizada no dia 08 de setembro do ano em curso, de autoria do nobre Deputado FRANCISCO JR, que declara de utilidade pública a entidade que especifica.

Atenciosamente,

Deputado HELIO DE SOUSA

- PRESIDENTE -





AUTÓGRAFO DE LEI Nº 250, DE 08 DE SETEMBRO DE 2015. LEI Nº , DE DE DE 2015.

Declara de utilidade pública a entidade que especifica.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1° Fica declarada de utilidade pública a filial do INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E ASSISTÊNCIA SOCIAL – IDHEAS BRASIL, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 04.976.243/0002-00, situada no Município de Goiânia-GO.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, 08 de

setembro de 2015.

Deputado HELLO DE SOUSA

- PRESIDENTE -

- 1° SECRETÁRIO-

- 2º SECRETÁRIO

VII - parantir aloiamentos conjuntos para mãos e lactentes pas maternidades estaduais, de modo a assegurar o aleitamento materno

Art. 3º Os meios de comunicação, as organizações não governamentais, as instituições privadas de prestação de serviço de saúde ou de assistência social e os fabricantes de alimentos para lactantes, bem como as entidades comunitárias e as associações que congreguem profissionais da área da saúde, serão estimulados a colaborar com o sistema público estadual de saúde na implantação e cumprimento da Política Estadual de Aleitamento Materno

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, 08 de gutul de 2015, 127º da República.

MARCONI FERREIRA PERILLO JÚNIOR Legnerio Moura Viala

LEI Nº 19.038, DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.

Institui o Dia Estadual do Imigrante Libanês

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos nos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual do Imigrante Libanês, a ser memorado, anualmente, no dia 22 de novembro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiania, 08 de Outublo de 2015, 127º da República.

MARCONI FERREIRA PERILLO JÚNIOR

LEI Nº 19.039, DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.

Institui a Politica Estadual de Combate ao Racismo no Esporte

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei

Art. 1º Fica instituída a Política Estadual de Combate ao Racismo no

Art. 2º São objetivos da política instituida por esta Lei:

I - prevenir e colbir a prática do ractismo e da injuria racial no espor

II - Informar e conscientizar a população de que a prática de racismo ou de Injúria racial constitui crime, enfatizando suas penalidades;

III - esclarecer sobre as condutas que configuram racismo e injúria

IV - fomentar a realização de campanhas educativas, especialmente junto às torcidas organizadas.

Art. 3º Os meios de comunicação, as organizações não governamentais, os clubes esportivos, bem como as entidades comunitárias e associa ções, serão estimulados a colaborar com a implantação e cumprimento da Política Estadual de Combate ao Racismo no Esporte.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em Golánia, 08 de OUTUN 0 de 2015, 127º da República.

MARCONI FERREIRA PERILLO JÚMOR Requel Floueiredo Alessandri Tebreira

LEI Nº 19.040, DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.

Inclui, no Calendário Civico Cultural do Estado de Goiás, os eventos que

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam incluídos, no Calendário Cívico Cultural do Estado de Golás, os eventos discriminados nos incisos deste artigo, a serem realizados anualmente, nas respectivas datas especificadas:

I - Grito Rock, a ser comemorado no mês de fevereiro:

II - Festival Bananada, a ser comemorado no mês de maio;

III - Galhofada, a ser comemorado no mês de maio

IV - Encontro de Cultura da Chapada dos Veadeiros, a ser orado no más de julho:

V - Tattoo Rock Fest, a ser comemorado no mês de julho;

VI - Paralelo 16, a ser comemorado no mês de agosto;

VII - Mostra Trash, a ser comemorado no mês de setembro:

VIII - Festival Vaca Amarela a ser comemorado no más de

IX - Goiánia Mostra Curtas, a ser comemorado no mês de outubro:

X - Festmédico, a ser comemorado no mês de outubro: XI - Golânia Noise Festival, a ser comemorado no mês de

XII - Encontro de Gaitistas, a ser comemorado nos meses de abril,

Art. 2° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiánia, OB de OUTUIPO de 2015, 127º da República. NARCOM FERREIRA PERILLO JÚMOR Requel Figuelredo Alessandri Teosire

LELNº 19.041, DE 08 DE OUTURRO DE 2015

setembro:

novembro:

Declara de utilidade pública a entidade que especifica

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos nos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a filial do INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E ASSISTÊNCIA SOCIAL - IDHEAS BRASIL. inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 04.976.243/0002-00, situada no Município de Goiânia-GO.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiánia, 08 de OUJUMO de 2015, 127º da República.

MARCONI FERREIRA PERILLO JÚNIOR

LEI Nº 19.042, DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.

Altera a Lei nº 17.424, de 21 de setembro de 2011, que institui, no âmbito do Estado de Goiás. o Cadastro para o Bioqueio do Recebimento de Ligações de Telemarketing.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A ementa da Lei nº 17.424, de 21 de setembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

> *Institui, no âmbito do Estado de Goiás, o Cadastro para o Bloqueio do Recebimento de Ligações e Mensagens de Telemarketing." (NR)

Art. 2º A Lei nº 17.424, de 21 de setembro de 2011, passa a vigora

"Art. 1º Fica instituido, no âmbito do Estado de Goiás, o Cadastro para Bloqueio de Recebimento de Ligações e Mensagens de

Parágrafo único. O Cadastro tem por objetivo impedir que as empresas de telemarketing, ou estabelecimentos que se utilizem desse servico, efetuem ligações telefônicas ou enviem mensagens não autorizadas para os usuários nele inscritos.º (NR)

"Art. 2" Na regulamentação da presente Lel, o Executivo definirá o órgão responsável por implementar e administrar o cadastro de que trata o art. 1°, além de fiscalizar as denúncias de ligações ou mensagens Indevidas."(NR)

"Art. 3º A partir do 30º (trigêsimo) dia do ingresso do usuário no Cadastro, as empresas que prestam serviços relacionados ao parágrafo único do artigo 1º ou pessoas físicas contratadas com tal propósito, não poderão efetuar ligações telefônicas ou enviar mensagens destinadas às pessoas inscritas no cadastro supracitado."(NR)

*Art. 4º-A O descumprimento do disposto nesta Lei sujeitará o infrator às penas previstas no art. 58 da Lei federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990." (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiánia, 08 de outil de 2015, 127º da República.

MARCONI FERREIRA PERILLO ILÍNIOR

LEI Nº 19.043, DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.

Estabelece normas para realização de despesas com viagens ao exterior em objeto do servico ou interesse público, nos termos que especifica e dá outras providências

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS. DOS termos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º No âmbito da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, a realização de despesas com viagens ao exterior em objeto do serviço ou interesse público far-se-á com a observância das seguintes normes:

a) a agentes políticos (Governador, Vice-Governador e Secretário de Estado), Presidente de autarquia e fundação, auxiliares designados, oficialmente de autarquia e fundação, auxiliares de autarquia e fundaçõe, auxiliares de autarq para representar o Governador ou Vice-Governador, e ao Secretário-Chefe de Gabinete de Gestão de Assuntos Internacionais, na classe executiva.

b) ace demais agentes públicos, sujeitos a quaisquer regimes jurídicos, na classe econômica

II - concessão de ajuda de custo, para cobertura de despesas com hospedagem, alimentação e transporte, ao pessoal de que trata o inciso I:

a) alinea "a", em valor equivalente a seiscentos euros ou dólares, por dia de estada no exterior, conforme se trate de viagem à Europa e a qualquer pals

b) alínea "b", em valor equivalente a quatrocentos euros ou dólares, por dia de estada no exterior, quando se tratar de viagem à Europa e a qualquer país dos demais continentes, respectivamente

III - concessão de adiantamento, em qualquer das hipóteses previstas no inciso II, para custejo de transporte no destino (coletivo quando se tratar de delegação), intérpretes e outras despesas necessárias ao sucesso de cada missão, em valor a ser fixado de acordo com plantiha previamente elaborada pela autoridade competente, sujeitando-se o pessoal a que se refere a alínea "b" do citado dispositivo à prestação de contas junto ao respectivo órgão financeiro e ao Tribunal de Contas do Estado

Parágrafo único. É competente para conceder os beneficios previstos ertigo o Governador do Estado, permitida a delegação.

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DE GOIÁS

RUA SC-1, Nº 299 - PARQUE SANTA CRUZ CEP: 74.860-270 - GOIANIA - GOI FONE: 3201-7600 / 3201-7663 FAX: 3201-7623 / 3201-7779 www.agecom.go.gov.br

DIRETORIA CARLOS ALBERTO LERÉIA DA SILVA PRESIDENTE

ABADIA DIVINA LIMA

DIRETORA DE TELERRADIODIFUSÃO E IMPRENSA OFICIAL ANTÓNIO AUGUSTO DE ALMEIDA BORGHETTI DIRETOR DE GESTÃO, PLANEJAMENTO E FINANCAS

> PREVISTO CUSTÓDIO DOS SANTOS CHEFE DO NÚCLEO DE IMPRENSA OFICIAL

INFORM	ações Técnicas	
Região	Assinatura Semestral	
	PAGAMENTO À VISTA	
Goiânia	R\$ 706,00	
INTERIOR DE GOIÁS	R\$ 1.141,00	
OUTROS ESTADOS	R\$ 1.245,00	
REGIÃO	Assinatura Anual	
	PAGAMENTO À VISTA	
GOIANIA	R\$ 1.078,00	
INTERIOR DE GOIÁS	R\$ 1.899,00	
OUTROS ESTADOS	R\$ 2.054.00	

PRECO ANÚNCIO (COL/CM) EXEMPLAR AVULSO R\$ 43,75

1. As publicações não seráo feitas arries do prazo mínimo da 48 (ourrenta en olic) horas úleis após o material ter dede entrada na AGECOM.
2. Balanços, balancetes e tabelas, para efeito de diagramação e câluciao, serão observados em um período de antecedência de 72 horas.
3. Co originais sonio desvolvidos mediante solicitação da parte interessad no prazo mísimo de 30 (trinta) dias. Após asía dota eretão informatico.
3. Esta data eretão informatico.
3. Esta data eretão informatico.
3. Esta data eretão asía publicação.
3. Esta formuladas por escrito eté 0.5 (cinco) dias da publicação.
3. Esta data eretão publicação.
3. Esta formuladas por escrito eté 0.5 (cinco) dias da publicação.
3. Seráo de cara de

ações e assinaturas poderão ser feitas nos

uintes endereços: rtiz: Rua SC-1, nº 299 - Parque Santa Cruz Fone: 3201 0 / 3201-7863 - FAX: 3201-7823 / 3201-7779 ito Fórum: Térreo, Sala. 193 - Fone: 3216-2321 rtro Administrativo: Vapt-Vupt - Fone: 3201-5070





Goiânia, 14 de outubro de 2015.

Encaminhe-se para arquivamento, depois de gravada a sua tramitação no sistema de protocolo.

RUBENS BUENO SARDINHA DA COSTA Diretor Parlamentar